



Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.

CNPJ: 16.993.629/0001-10

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório dos auditores independentes



Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

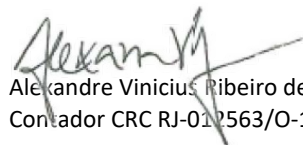
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.473	16.481
Títulos e valores mobiliários		2.775	-
Contas a receber de clientes		3.387	3.699
Cauções e depósitos	5	9.020	8.575
Outros tributos compensáveis		13	110
Créditos com partes relacionadas	6	1.018	1.556
Ressarcimento TUSD	7	837	712
Outros créditos		123	73
Total do ativo circulante		<u>33.646</u>	<u>31.206</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	8	11.673	11.376
Ressarcimento TUSD	9	9.827	10.867
Imobilizado	10	295.352	302.716
Intangível	11	13.592	13.644
Total do ativo não circulante		<u>330.444</u>	<u>338.603</u>
Total do ativo		<u>364.090</u>	<u>369.809</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.125	1.168
Empréstimos e financiamentos	12	7.338	7.323
Imposto de renda e contribuição social a pagar		274	324
Outras obrigações fiscais		2.886	2.863
Débitos com partes relacionadas	6	16.125	16.064
Outras obrigações		239	141
Total do passivo circulante		<u>27.987</u>	<u>27.883</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	<u>101.166</u>	108.143
Total do passivo não circulante		<u>101.166</u>	<u>108.143</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		252.165	252.165
Reservas de lucros		(17.228)	(18.382)
Total do patrimônio líquido		<u>234.937</u>	<u>233.783</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>364.090</u>	<u>369.809</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	14	32.443	29.590
Custo do serviço	15	(20.358)	(10.864)
Lucro bruto		12.085	18.726
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.914)	(6.831)
Provisão para devedores duvidosos	15	(359)	-
Total das despesas operacionais		(2.273)	(6.831)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		9.812	11.895
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	4.354	1.814
Despesas financeiras	16	(11.388)	(14.638)
		(7.034)	(12.824)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		2.778	(929)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(1.624)	(1.253)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.154	(2.182)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.154	(2.182)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.154</u>	<u>(2.182)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>270.115</u>	<u>(17.950)</u>	<u>(16.200)</u>	<u>235.965</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(2.182)	(2.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>270.115</u>	<u>(17.950)</u>	<u>(18.382)</u>	<u>233.783</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	1.154	1.154
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>270.115</u>	<u>(17.950)</u>	<u>(17.228)</u>	<u>234.937</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.154	(2.182)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	393	118
Reversão de perdas de crédito esperadas	(34)	(121)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	7.930	8.547
Depreciação e amortização	8.512	9.729
Repactuação do GSF	-	(2.962)
Apropriação dos custos de transação	254	254
Atualização depósitos judiciais	(287)	(2)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.624	1.253
	19.546	14.634
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(47)	(1.458)
Créditos com partes relacionadas	538	22
Tributos a compensar	97	83
Depósitos judiciais	(10)	(13)
Cauções e depósitos em garantia	(445)	1.046
Ressarcimento TUSD	915	638
Outros créditos	(50)	15
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(43)	(2.087)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(197)	188
Débitos com partes relacionadas	61	5.172
Outras obrigações	98	6
	20.463	18.246
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(7.915)	(8.596)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.454)	(1.405)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.094	8.245
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(2.775)	-
Adição de intangível e imobilizado	(1.096)	(173)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(3.871)	(173)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(7.231)	(7.231)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(7.231)	(7.231)
Varição na caixa líquido da Companhia	(8)	841
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.481	15.640
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	16.473	16.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. (“Companhia”) foi constituída em 8 de outubro 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hidráulica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 30 MW no município de Nova Monte Verde e Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, com contrato vigente até 11 de agosto de 2043, que foi objeto do Leilão nº 06/2013-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento a partir de 1º de agosto de 2016.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

2.2. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões e é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.8. Provisões

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente. Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023

CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC
--	---	--------------------------------

3.12. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	-	4.167
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário	16.473	12.314
Total aplicações financeiras	16.473	12.314
Total de caixa e equivalentes de caixa	16.473	16.481

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Cauções e depósitos em garantia

A Companhia, em cumprimento ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mantém em garantia o montante para fazer face aos juros e três vezes o serviço da dívida, deste modo o saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.020 (R\$ 8.575 em 2020).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta centralizadora (a)	1.416	1.163
Reserva do serviço da dívida BNDES (b)	7.604	7.412
	9.020	8.575

- (a) Conta Centralizadora: conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- (b) Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES: conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 17, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da operação	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			Referência
		Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesas)	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesas)	
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionada	Enel Green Power Fazenda S.A	7	-	-	7	-	-	(i)
	Enel Brasil S.A	296	1.069	(969)	-	-	-	
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	-	295	563	(1.124)	
	Enel Green Power Pranapanema S.A	113	-	(1.095)	112	291	(851)	
	Apíacás Energia S.A	-	11	-	-	11	-	
Compra e venda de energia	Enel Green Power Salto Apíacas S.A	54	-	-	54	-	-	(ii)
	Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A	-	-	-	656	-	7.740	
	Enel Distribuição Ceará - COELCE	106	-	726	83	-	697	
	Enel Distribuição Rio - AMPLA	136	-	932	102	-	894	
	Enel Distribuição Goiás	-	-	-	141	-	1.143	
	Enel Trading Brasil S.A.	-	786	(9.256)	-	-	-	
	Enel Green Power Volta Grande S.A	-	-	-	-	795	(4.769)	
	Celg Distribuicao S.A.	163	-	1.191	-	-	-	
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	143	-	1.037	106	-	994		
Suporte operacional	Enel Green Power S.p.A	-	14.259	-	-	14.404	-	(iii)
		1.018	16.125	(7.434)	1.556	16.064	4.724	

- (i) Os saldos referem-se ao repasse de despesas com viagens, custo de pessoal e compra do projeto eólico de terceiros e aos custos e as despesas relacionadas às utilidades comuns rateadas com base no acordo intragrupo de rateio de custos de despesas.
- (ii) Trata-se de operações de compra e venda de energia e estão de acordo com os contratos estabelecidos entre as empresas do Grupo Enel.
- (iii) O saldo a pagar se refere a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção da usina. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques hidrelétricos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ressarcimento TUSD

O saldo de R\$ 10.664, sendo R\$ 837 de ativo circulante e R\$ 9.827 de ativo não circulante, (R\$ 11.579, em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 712 de ativo circulante e R\$ 10.867 de ativo não circulante) refere-se a Termo de Transferência Onerosa de Instalações com a Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia, firmado em 25 de setembro de 2017, em que a Companhia transferiu os equipamentos e materiais que compõem a Subestação Salto Paraíso. Em contrapartida dessa transferência a Companhia efetua a compensação da TUSD incorrida mensalmente.

8. Depósitos vinculados a litígios

O saldo de depósitos judiciais de R\$ 11.673 em 31 de dezembro de 2021 (R\$11.376 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao repasse de parte do ISS retido nos pagamentos realizados ao fornecedor Quebec Engenharia, com base no processo judicial contra a Prefeitura de Alta Floresta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021			
		Valor líquido	Adição	Depreciação	Transferência	Valor líquido
Terrenos		53	-	-	-	53
Reservatórios	50	82.044	-	-	13	82.057
Edificações	50	237.379	-	-	-	237.379
Máquinas e equipamentos	30	3.266	-	-	-	3.266
Veículos	7	117	-	-	-	117
Linhas de transmissão	37	11.626	-	-	-	11.626
		<u>334.485</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>334.498</u>
Depreciação acumulada em serviço						
Reservatórios		(9.890)	-	(2.268)	-	(12.158)
Edificações		(20.225)	-	(5.060)	-	(25.285)
Máquinas e equipamentos		(487)	-	(117)	-	(604)
Veículos		(68)	-	(17)	-	(85)
Linhas de transmissão		(1.283)	-	(363)	-	(1.646)
		<u>(31.953)</u>	<u>-</u>	<u>(7.825)</u>	<u>-</u>	<u>(39.778)</u>
Em curso						
Máquinas e equipamentos		184	461	-	(13)	632
		<u>184</u>	<u>461</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>632</u>
Total do imobilizado		<u>302.716</u>	<u>461</u>	<u>(7.825)</u>	<u>-</u>	<u>295.352</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020			
		Valor líquido	Adição	Depreciação	Transferência	Valor líquido
Terrenos	-	53	-	-	-	53
Reservatórios	50	82.055	-	-	(11)	82.044
Edificações	50	237.379	-	-	-	237.379
Máquinas e equipamentos	30	3.266	-	-	-	3.266
Veículos	7	117	-	-	-	117
Linhas de transmissão	37	11.626	-	-	-	11.626
		<u>334.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>334.485</u>
Depreciação acumulada em serviço						
Reservatórios		(7.355)	-	(2.535)	-	(9.890)
Edificações		(15.109)	-	(5.116)	-	(20.225)
Máquinas e equipamentos		(370)	-	(117)	-	(487)
Veículos		(51)	-	(17)	-	(68)
Linhas de transmissão		(968)	-	(315)	-	(1.283)
Arrendamento - CPC 06		-	-	-	-	-
		<u>(23.853)</u>	<u>-</u>	<u>(8.100)</u>	<u>-</u>	<u>(31.953)</u>
Em curso						
Máquinas e equipamentos		-	173	-	11	184
		<u>-</u>	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>184</u>
Total do imobilizado		<u>310.643</u>	<u>173</u>	<u>(8.100)</u>	<u>-</u>	<u>302.716</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Movimentação do intangível:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.521	(3.210)	12.311
Adições	2.962	-	2.962
Amortização	-	(1.629)	(1.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.483	(4.839)	13.644
Adições	636	-	636
Amortização	-	(688)	(688)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.119	(5.527)	13.592

11. Empréstimos e financiamentos

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$135.900 que está sendo amortizado em 240 prestações mensais e sucessivas, remunerado por TJLP + 2,18%a.a. e com vencimento em 15 de junho de 2037.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	7.338	7.323
Total passivo circulante	7.338	7.323
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	101.166	108.143
Total passivo não circulante	101.166	108.143
Total empréstimos e financiamentos	108.504	115.466

Instituição	Remuneração	Vencimento	31/12/2021			31/12/2020	
			Principal	Custo de transação	Juros e atualizações	Total	Total
BNDES	TJLP + 2,18%	15/06/2037	112.076	(3.933)	361	108.504	115.466
Circulante			7.231	(254)	361	7.338	7.323
Não Circulante			104.845	(3.679)	-	101.166	108.143

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.625	114.867	122.492
Encargos provisionados	8.547	-	8.547
Transferências	6.724	(6.724)	-
Amortizações	(7.231)	-	(7.231)
Encargos pagos	(8.596)	-	(8.596)
Custo de transação	254	-	254
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.323	108.143	115.466
Encargos provisionados	7.930	-	7.930
Transferências	6.977	(6.977)	-
Amortizações	(7.231)	-	(7.231)
Encargos pagos	(7.915)	-	(7.915)
Custo de transação	254	-	254
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.338	101.166	108.504

Cronograma de amortização da dívida de longo prazo em 31 de dezembro de 2021

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
6.977	6.977	6.977	6.977	73.258	101.166

Cláusulas restritivas (covenants)

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices
Empréstimos e financiamentos:			
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

- (i) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e contribuição apurados no exercício, líquidos de diferimentos;
- (ii) Serviço da dívida refere-se ao somatório de (a) amortização de principal e pagamento de juros do sub crédito "A1" ou do crédito "B", conforme o caso, realizados no exercício social; (b) amortização de principal e pagamentos de juros do crédito junto aos credores.
- (iii) EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social; (+/-) resultado financeiro líquido; (+) depreciação e amortização.

O contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exige manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o BNDES autorizou a suspensão da obrigação do atingimento do ICSD mínimo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato de empréstimos conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente.
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Fiança bancária contratada pela controladora indireta Enel SpA; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva;

12. Contingências

A Companhia possui ações de natureza fiscal, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	2	1
Fiscais	33.907	23.386
	<u>33.909</u>	<u>23.387</u>

A Companhia discute com os municípios de Alta Floresta e Juara o ISS devido pelos serviços prestados na construção do Complexo Hidrelétrico Apiacás no Estado do Mato Grosso. Nas ações judiciais discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização do parque e a base de cálculo do ISS que deveria ser excluir os materiais aplicados na obra. Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de ICMS.

13. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia, expresso em reais, é de R\$270.115 dividido em 270.115 mil ações ordinárias, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 cada, dos quais R\$ 17.950 estão pendentes de integralização. As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionista	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	270.114.539	100,00%	-	-
Enel Green Power Participações Ltda.	-	-	270.114.539	100,00%
Total	<u>270.114.539</u>	<u>100,00%</u>	<u>270.114.539</u>	<u>100,00%</u>

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

14. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia elétrica	<u>33.775</u>	30.807
Total da receita operacional bruta	<u>33.775</u>	<u>30.807</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS	(1.013)	(924)
PIS	(220)	(201)
Taxa de fiscalização	(99)	(92)
Total de deduções de receita	<u>(1.332)</u>	<u>(1.217)</u>
Total da receita líquida	<u>32.443</u>	<u>29.590</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos e Despesas operacionais

	2021				2020			
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidosos	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidosos	Total
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(393)	(393)	-	-	(118)	-
Reversão de perdas esperadas de créditos	-	-	34	34	-	-	121	-
Encargos de uso de rede elétrica	-	-	-	-	(695)	-	-	(695)
Energia elétrica comprada para revenda	(11.231)	-	-	(11.231)	(4.599)	-	-	(4.599)
Material	(42)	(3)	-	(45)	(8)	(2)	-	(10)
Serviços de terceiros	(560)	(127)	-	(687)	(343)	(148)	-	(491)
Serviços prestados - partes relacionadas (nota 6)	-	(969)	-	(969)	-	(1.124)	-	(1.124)
Impostos, taxas e contribuições	(7)	-	-	(7)	(585)	-	-	(585)
Depreciação e amortização	(7.825)	(688)	-	(8.513)	(4.205)	(5.524)	-	(9.729)
Seguros	(391)	-	-	(391)	(414)	-	-	(414)
Outras despesas	(302)	(127)	-	(429)	(15)	(36)	-	(51)
Total	(20.358)	(1.914)	(359)	(22.631)	(10.864)	(6.834)	3	(17.698)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.130	669
Variação cambial ativa não realizada	2.566	849
Atualização depósitos judiciais	287	-
Outras receitas financeiras	371	296
Total da receitas financeiras	4.354	1.814
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(1)	-
Variação cambial passiva não realizada	(2.424)	(5.042)
Custo de transação	(254)	(254)
Cartas de fiança e seguros garantia	(728)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(7.930)	(8.547)
IOF	(27)	(28)
Outras despesas financeiras	(24)	(767)
Total da despesas financeiras	(11.388)	(14.638)
Total	(7.034)	(12.824)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita de suprimento de energia elétrica	33.775	30.807
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.702	2.465
Rendimento de aplicações financeiras	1.130	669
Outras receitas financeiras	658	296
Total base de cálculo	4.490	3.430
Alíquota do imposto de renda (15%)	(674)	(514)
Alíquota do imposto de renda adiocial (10%)	(425)	(319)
Total do imposto de renda	(1.099)	(833)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	4.053	3.697
Rendimento de aplicações financeiras	1.130	669
Outras receitas financeiras	658	296
Total base de cálculo	5.841	4.662
Alíquota da contribuição social (9%)	(525)	(420)
Imposto de renda e contribuição social sobre ressarcimento		
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.624)	(1.253)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	16.473	16.473	16.481	16.481
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	4.612	4.612	3.699	3.699
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.018	1.018	1.556	1.556
Ressarcimento TUSD	Custo amortizado	2	10.664	10.664	11.579	11.579
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.020	9.020	8.575	8.575
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.350	2.350	1.168	1.168
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	108.504	100.367	115.466	119.273
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	16.125	16.125	16.064	16.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
TJLP	8.953	10.532	1.579	12.091	3.138
Total	8.953	10.532	1.579	12.091	3.138

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	1.245	2.401	10.843	53.263	111.415	179.167
	<u>1.245</u>	<u>2.401</u>	<u>10.843</u>	<u>53.263</u>	<u>111.415</u>	<u>179.167</u>
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	1.359	2.551	11.735	56.950	105.430	178.025
	<u>1.359</u>	<u>2.551</u>	<u>11.735</u>	<u>56.950</u>	<u>105.430</u>	<u>178.025</u>

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Dívida financeira	108.504
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	<u>(19.248)</u>
Dívida líquida (a)	89.255
Patrimônio líquido (b)	<u>234.937</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>28%</u>

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	276.211	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.